

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 2 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-01-6 DOI 10.22533/at.ed.016201102</p> <p>1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores. I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra. CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo da História é repleto de possibilidades ou, como sugere o título deste livro, um espaço fecundo para diálogos. Neste sentido, são possíveis análises cronológicas, quantitativas, qualitativas, biográficas, transnacionais e interdisciplinares que permeiam outras variáveis como econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, por exemplo. Assim, o chamado para se refletir sobre a História é um chamado para se pensar a atuação do ser humano no planeta, em suas diferentes épocas, seus diferentes contextos e em suas diferentes abordagens.

A História, como ciência, é dotada de métodos que são empregados por seus pesquisadores e pesquisadoras para, a partir de questões que são colocadas, verificar suas teses em fontes pertinentes ao tema analisado. O que o leitor encontrará neste volume são textos que foram selecionados para composição do livro a partir de um eixo que prioriza a reflexão a respeito da Educação, da Religião e do Patrimônio. Os 30 capítulos são frutos de estudos que foram desenvolvidos por profissionais de diversas instituições do país.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas acerca da Educação. De modo que, internamente, esses textos permeiam debates em torno de questões étnicas na Educação, aspectos do ensino básico e do ensino universitário.

Na segunda parte da obra estão reunidas análises históricas situadas no campo das religiões. Assim sendo, os respectivos capítulos concentram análises que retomam aspectos religioso desde a Idade Média até os dias atuais, além de refletir sobre questões de gênero no campo religioso e trajetórias pessoais.

Por fim, a terceira parte do livro é composta por análises históricas no campo do Patrimônio. De tal forma abrangente que parte da antiguidade egípcia até a música contemporânea. Seus textos discutem outros temas como folclore, teatro e quilombos.

Em síntese, a obra *História: espaço fecundo para diálogos* é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades das pesquisas históricas, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a divulgação científica do trabalho do Historiador/Historiadora, que constrói pontes para uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEGRITUDE E MEMÓRIAS APAGADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE UMA CIDADE MINEIRA (1976-2016)	
Maria Rita de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.0162011021	
CAPÍTULO 2	14
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA DE VISIBILIZAR A LEI 10.639/2003 E DECOLONIZAR O CURRÍCULO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIGUEL ARCANJO, EM SÃO SEBASTIÃO – DISTRITO FEDERAL	
Técia Goulart de Souza Elison Antonio Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0162011022	
CAPÍTULO 3	24
ÓRFÃOS DO ELDORADO DE MILTON HATOUM: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA A HISTÓRIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011023	
CAPÍTULO 4	37
HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: HÁ LUGAR PARA TEMPORALIDADES OUTRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?	
Edith Adriana Oliveira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0162011024	
CAPÍTULO 5	53
PAULO BOURROUL E O ENSINO DAS CIÊNCIAS NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Matheus Luiz de Souza Céfalo	
DOI 10.22533/at.ed.0162011025	
CAPÍTULO 6	69
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI FEDERAL Nº 10.639/03: INDIFERENÇA A SER SUPERADA	
Carla Santos Pinheiro Lauro de Freitas/Bahia	
DOI 10.22533/at.ed.0162011026	
CAPÍTULO 7	80
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”	
Ana Carolina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011027	

CAPÍTULO 8	91
PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Antônia Lucivânia da Silva Paula Cristiane de Lyra Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0162011028	
CAPÍTULO 9	106
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS	
Carollina Carvalho Ramos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0162011029	
CAPÍTULO 10	118
IMAGENS EM SALA DE AULA: O USO DE PINTURAS HISTÓRICAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Priscila Santos Calegari	
DOI 10.22533/at.ed.01620110210	
CAPÍTULO 11	131
CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.01620110211	
CAPÍTULO 12	141
ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
Nádia Narcisa de Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110212	
CAPÍTULO 13	154
ARIANO SUASSUNA: A ESCRITA E A PRÁTICA DE UM PENSAMENTO EDUCACIONAL NO “BRASIL REAL”	
Aurea Maria Bezerra Machado	
DOI 10.22533/at.ed.01620110213	
CAPÍTULO 14	165
O (AUTO) BIOGRÁFICO NO PROCESSO FORMATIVO: DOCÊNCIA ORIENTADA NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Fabiana Regina da Silva Cristiane Medianeira da Silva Reis	
DOI 10.22533/at.ed.01620110214	
CAPÍTULO 15	180
A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DAS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	
Alexandre de Britto Redondo	
DOI 10.22533/at.ed.01620110215	

CAPÍTULO 16	194
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: COTAS PARA ESTUDANTES NEGROS	
Josefa Neves Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.01620110216	
CAPÍTULO 17	208
SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR	
Jonathas Wilson Michelin	
Angelita Marques Visalli	
DOI 10.22533/at.ed.01620110217	
CAPÍTULO 18	221
A IGREJA E A FONTE DE NOSSA SENHORA D'AJUDA DE PORTO SEGURO (1551- 1761)	
Lucas de Almeida Semeão	
DOI 10.22533/at.ed.01620110218	
CAPÍTULO 19	233
AS HAGIOGRAFIAS SEISCENTISTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA: PROJETOS POLÍTICOS E IDENTIDADES RELIGIOSAS EM CONCORRÊNCIA	
Camila Corrêa e Silva de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.01620110219	
CAPÍTULO 20	246
O SOCIAL NA ARTE SACRA DE E. P. SIGAUD: O CASO DAS PINTURAS MURAIIS MODERNISTAS NA CATEDRAL DE JACAREZINHO	
Luciana de Fátima Marinho Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.01620110220	
CAPÍTULO 21	258
A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA NA DIOCESE DE MANAUS	
Elisângela Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110221	
CAPÍTULO 22	271
O DESAFIO DE PESQUISAR O ACERVO DAS ORDENS RELIGIOSAS FEMININAS EM PORTUGAL	
Tatiane de Jesus Chates	
DOI 10.22533/at.ed.01620110222	
CAPÍTULO 23	284
O DISCURSO PROTESTANTE PENTECOSTAL DA BÍBLIA DA MULHER ACERCA DA CONDIÇÃO FEMININA VERSUS O DISCURSO ORAL DAS FIEIS	
José Glauber Lemos Diniz	
Daniele Barbosa Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.01620110223	

CAPÍTULO 24	298
ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE OS ANOS DE 1965-1985	
Naiara Ferraz Bandeira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.01620110224	
CAPÍTULO 25	308
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DOS DISCURSOS SOBRE A MA'AT N'AS LAMENTAÇÕES DE KHA-KHEPER-RÉ-SENEB	
Victor Braga Gurgel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110225	
CAPÍTULO 26	321
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE FOLCLORE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO O CASO DE SILVIO ROMERO	
Manoel Carlos Fonseca de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.01620110226	
CAPÍTULO 27	330
NICOLAU ALEKHINE NO ARQUIVO IPHAN-SP: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	
Rafael de Araújo Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01620110227	
CAPÍTULO 28	340
COMPANHIA TEATRO MODERNO DE LISBOA (TML): ENGAJAMENTO, RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110228	
CAPÍTULO 29	351
ACAMPAMENTO E CULTURA POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ (1997-2015)	
Elson dos Santos Gomes Junior	
DOI 10.22533/at.ed.01620110229	
CAPÍTULO 30	363
O RAP INTERCULTURAL CONSTRUINDO UMA REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA DA CIDADE DE MANAUS (1989 A 1999)	
Richardson Adriano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01620110230	
SOBRE OS ORGANIZADORES	376
ÍNDICE REMISSIVO	377

O DISCURSO PROTESTANTE PENTECOSTAL DA BÍBLIA DA MULHER ACERCA DA CONDIÇÃO FEMININA VERSUS O DISCURSO ORAL DAS FIEIS

Data de aceite: 27/01/2020

Data da Submissão: 04/11/2019.

José Glauber Lemos Diniz

Universidade Estadual do Ceará – UECE,
Mestrado Interdisciplinar em História e Letras -
MIHL
Fortaleza – Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/7975987289356155>

Daniele Barbosa Bezerra

Universidade Estadual do Ceará – UECE,
Mestrado Interdisciplinar em História e Letras -
MIHL
Fortaleza – Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/6266941570753131>

RESUMO: O presente artigo constitui o resultado parcial de nossa pesquisa de mestrado, a qual encontra-se em andamento e procura analisar as teias que compõem o discurso protestante acerca da condição feminina presente no texto da *Bíblia da Mulher: leitura, devocional, estudo*, publicada pela Sociedade Bíblica do Brasil. Para tanto, ancora-se nos postulados da Análise de Discurso Crítica (ADC), cujos principais nomes são FAIRCLOUGH (1989, 1992, 1995, 1997, 2001a, 2001b, 2003a, 2003b), GREGOLIM (1995); MEURER (2006); RESENDE; RAMALHO (2006); nas contribuições BUTLER (1993); SCOTT (1990); LOURO (1999); PINTO

(2007), no que tange às questões de “gênero”. Também dialoga com alguns conceitos de DERRIDA (1991). O estudo em tela busca compreender a natureza da discursivização em torno do “feminino” presente na obra religiosa supracitada; inventariar quais os tipos de imagens e representações discursivas sobre a mulher são produzidas e veiculadas na referida Bíblia, e como tais construções verbais colaboram parcialmente para a elaboração e manutenção de relações opressoras de gênero entre homens e mulheres no âmbito religioso protestante. O estudo vale-se de metodologia de caráter qualitativo e consiste em análise do texto da *Bíblia da Mulher*, mediante os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica, bem como em entrevistas com mulheres de diferentes denominações pentecostais e de distintas faixas-etárias, a fim de comparar os discursos escrito e oral acerca da condição feminina. Embora o trabalho ainda se encontre em processo de construção, é possível vislumbrar a importância do discurso protestante pentecostal presente no texto analisado para o reforço de uma visão machista acerca da mulher, bem como para a manutenção de relações assimétricas entre os gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Feminino; gênero; protestantismo; pentecostalismo; discurso;

PENTECOSTAL PROTESTANT SPEECH OF THE WOMAN'S BIBLE ABOUT FEMALE CONDITION VERSUS ORAL FAITH SPEECH

ABSTRACT: This article is the partial result of our master's research, which is in progress and seeks to analyze the webs that make up the Protestant discourse about the female condition present in the text of the Women's Bible: reading, devotional, study, published by Bible Society of Brazil. To this end, it is anchored in the postulates of Critical Discourse Analysis (ADC), whose main names are FAIRCLOUGH (1989, 1992, 1995, 1997, 2001a, 2001b, 2003a, 2003b), GREGOLIM (1995); MEURER (2006); RESEND; RAMALHO (2006); in the contributions BUTLER (1993); SCOTT (1990); Laurel (1999); PINTO (2007), regarding issues of "gender". It also dialogues with some concepts of DERRIDA (1991). The present study seeks to understand the nature of discursivization around the "feminine" present in the aforementioned religious work; Inventory which types of discursive images and representations about women are produced and conveyed in the Bible, and how such verbal constructions partially contribute to the elaboration and maintenance of oppressive gender relations between men and women in the Protestant religious sphere. The study uses qualitative methodology and consists of analysis of the text of the Bible of Women, through the theoretical-methodological assumptions of Critical Discourse Analysis, as well as interviews with women of different Pentecostal denominations and different age groups, in order to compare the written and oral discourses about the female condition. Although the work is still under construction, it is possible to glimpse the importance of the Pentecostal Protestant discourse present in the analyzed text for reinforcing a macho view about women, as well as for maintaining asymmetrical relationships between genders.

KEYWORDS: Female; gender; Protestantism; pentecostalism; speech.

1 | INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, assistimos nas últimas décadas, a um crescimento vertiginoso do protestantismo em todas as suas múltiplas vertentes. De acordo com dados do censo de 2018, o maior país católico do mundo, é também, a sexta maior nação protestante do planeta, ao ostentar a espantosa cifra de 42.300.000 adeptos das diversas correntes cristãs, fora dos Catolicismos Romano e Ortodoxo.

Deste quadro sociocultural marcada pela multiplicidade de visões dogmático-teológicas e poucos consensos, a qual constitui verdadeiro mosaico religioso, emerge uma força política e social que, a partir das igrejas e comunidades, alcança outras esferas da vida pública e privada, tais como o aparelho de Estado, os partidos políticos, as escolas, as universidades, os movimentos sociais diversos, as ONGs e outras instituições.

Notadamente na cena midiática, por meio dos *mass media*, o discurso cristão protestante tem ganhado grande visibilidade, expandido-se e afirmando-se com

vigor, enquanto *lobby* e também poder econômico e simbólico, de forma a influenciar comportamentos, interferir na agendas e políticas públicas, ditar padrões de consumo, moldar concepções de vida, além de perpassar outras dimensões da existência e da sociabilidade humanas.

Em que pese o papel desempenhado por todas as diferentes denominações protestantes na afirmação do estado de coisas acima aludido, as estatísticas revelam que em terras tupiniquins, as matrizes confessionais que mais prosperam são as de linhagens pentecostal e neopentecostal, com um total de 45.342.000 membros, consoante informações extraídas do censo de 2014.

Outra marca significativa do “evangelicalismo” brasileiro é a produção de vasta literatura teológica e doutrinária, a qual inclui desde diversas versões do texto bíblico integral, tais como inúmeras bíblias de estudo, bíblias anotadas, na linguagem dos dias de hoje, apologéticas, temáticas (do adolescente, do homem que ora, do surfista...), com hinários e outros apêndices, até um farto acervo bibliográfico complementar, a ser utilizado pelos fieis em combinação com a própria Bíblia Sagrada. Dentre este *corpus* literário, uma obra em especial constitui um objeto de estudo privilegiado para a análise da discursivização protestante em torno do feminino: trata-se da *Bíblia da Mulher: leitura, devocional, estudo*, de cuja análise se ocupa o trabalho.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa ora projetada tem como suporte teórico-conceitual as contribuições fornecidas pela análise do discurso, embora esta seja, ainda, um campo do conhecimento em processo de construção e desse modo, assinalado por questões epistemológicas e metodológicas abertas, conforme assevera GREGOLIM (1995, p.13). Contudo, a despeito dessa pluralidade de concepções, tem-se como foco, o estudo da discursivização enquanto mecanismo de expressão consciente e intencional de sentidos, com vistas à comunicação. Fundamenta-se, outrossim, nas reflexões em torno do gênero, compreendido enquanto categoria analítica e performática. Estas proposições foram esboçadas por autores como SCOTT (1995); BUTLER (1997, 1998, 1999); PINTO (2014) e LOURO (1997, 1999, 2001, 2008).

A análise do discurso é fruto das investigações produzidas nas décadas de 1960 e 1970 no bojo de diversas ciências, tais como a Linguística, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia e a Psicologia. Surge como uma tentativa de compreensão dos processos de formação dos sentidos, em situações reais de utilização da linguagem. Desse modo, essa teoria tem por foco a investigação dos usos sociais da linguagem, ou seja, de que modo o contexto social e histórico afeta o uso da linguagem e também o inverso, a saber, qual a influência da linguagem sobre o campo social, as crenças e os valores (VAN DIJK, 1997).

Nessa perspectiva, o discurso é tomado, não como prática individual e isolada, mas como produção coletiva, enquanto um fazer social. Constitui-se enquanto preocupação desse paradigma teórico da linguagem, investigar como e em que medida os fatores históricos e sociais colaboram para a construção dos diversos significados presentes nas práticas discursivas dos diferentes sujeitos. Segundo CALDAS-COLTHARD (1997), os trabalhos nesse campo do conhecimento podem ser classificados em duas vertentes, quais sejam: análises do discurso de cunho crítico e de caráter não-crítico.

No segundo grupo, estão inseridas as pesquisas cujo foco é o estudo da conversação (LABOV, 1972; SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 1974; MARCUSCHI, 1986; dentre outros). Nesse caso, não há preocupação em investigar relações de poder, controle e dominação sobrepostos à linguagem; mas apenas estudar e descrever o fenômeno discursivo. Já no primeiro grupo, o da análise crítica do discurso, há uma intenção deliberada em perquirir e identificar relações de poder opressoras e assimétricas subjacentes às práticas discursivas analisadas. Trata-se, portanto, de uma compreensão do discurso enquanto atividade humana capaz de fundar saberes e poderes, estabelecer continuidades e rupturas, moldar permanências e alteridades. Destarte, o discurso e a linguagem estariam, por excelência, no domínio dos arranjos de sentido visando à manutenção/transformação de quadros sociais, na fronteira entre o dizer e o dominar, na cartografia das elaborações identitárias e subjetivas. Fazem parte dessa corrente as contribuições da Análise do Discurso de matriz francesa representada por Pêcheux (1982); a lingüística crítica desenvolvida por pesquisadores da Universidade de EastAnglia (FOWLER et al, 1979; KRESS e HODGE, 1979) e, mais tarde, os expoentes da Análise Crítica do Discurso (ACD), cujo nomes mais célebres são os de FAIRCLOUGH (1989, 1992, 1995, 2003) e WODAK (1986, 1992, 1996).

Assim sendo, a despeito da variedade de visões na órbita da Análise do discurso, prevalece na sua concepção crítica, a ideia da investigação dos elementos ideológicos velados sob as inúmeras “camadas” discursivas presentes nos textos, sejam eles orais ou grafados. A Análise do Discurso visaria, pois, em última análise, à inquirição das partes constitutivas de elaborações discursivas, cujo objetivo seria perpetuar visões de mundo naturalizantes e assim reproduzir significados aceitos tacitamente pela sociedade (VAN DIJK, 1997; MEURER, 2007).

De acordo com GREGOLIN (1995, p. 17-20), é possível proceder à análise do discurso, em pelo menos três níveis, quais sejam: o fundamental, o narrativo e o discursivo. O primeiro nível caracteriza-se por ser a etapa inicial da produção de sentido, marcada pela contraposição de dois termos opostos (dualismo), dentro de um universo semântico. Trata-se, pois, do nível que estabelece o mínimo de sentido sobre o qual o discurso é fundado, sua camada básica. Já o segundo nível,

o narrativo, é caracterizado por uma narrativização, ou seja, pela composição de uma narrativa que é esboçada a partir da ação de um sujeito. Por fim, há chamado nível discursivo, o qual segundo a autora supracitada, constitui o mais superficial do discurso por estar mais próximo à manifestação textual. Neste nível o enunciador-sujeito elege uma série de opções (pessoa, tempo, espaço, figuras de linguagem) os quais tornar-se-ão marcas constitutivas e identificadoras de um “ponto de vista”, de um olhar específico. Tais recursos de sentido empregados pelo produtor do discurso são responsáveis pelo estabelecimento do elo entre enunciador e enunciatário e possibilitam, ainda, a interpretação do sentido, visto que são espécies de “pistas” ou marcas características da produção. As referidas marcas também dão conta do contexto histórico e social no qual se deu a construção discursiva.

Ainda consoante GREGOLIM (1995, p. 17), é possível realizar uma dupla análise do discurso. Uma dimensão interna (o que e como o texto fala) e externa (o que e por que o texto fala). Já para PÊCHEUX (1990, p. 18) o discurso é uma das formas pelas quais a ideologia materializa-se e corporifica-se, pois os valores e conceitos de uma sociedade estão incrustados no discurso e a enunciação desse discurso é o mecanismo pelo qual emissor e receptor da mensagem atribuem-se significados reciprocamente.

Passaremos, então, a expor as contribuições fornecidas pelos estudos em torno do gênero enquanto categoria social e analítica para a presente pesquisa.

Inicialmente, é fundamental estabelecer o gênero enquanto um termo essencialmente sociocultural, assinalando uma ruptura com as leituras de caráter biológico, assentadas nos aspectos anatômico-funcionais.

A partir dessa desconstrução inicial, realizaremos agora uma breve retrospectiva histórica em torno do percurso dos estudos em torno do gênero.

De acordo com Pinto (2014), os estudos feministas na perspectiva de gênero remontam aos anos de 1970, porém, com distintos itinerários e objetivos. Tais estudos têm como enfoque debater os mecanismos simbólicos atrelados ao sexo, na década anteriormente mencionada, denominado “sexo social”. Essa asseveração, conquanto, não explica e define a multiplicidade de abordagens e enfoques relacionados aos estudos, às práticas e à militância política feminista (HEMMINGS, 2009).

Ao refletir sobre a historicidade da construção dos conceitos de gênero e mulher, Piscitelli (2002, p. 8), pontua que o a categoria de gênero se aperfeiçoou tendo como baliza os estudos sobre ‘mulher’ e foi, assim signatária de muitos de seus postulados. Entretanto, a elaboração do conceito de gênero ensejava ultrapassar problemas relativos ao uso de algumas das categorias essenciais aos estudos das mulheres.

Em terras nacionais, o avanço dos estudos sobre as mulheres e o gênero é fruto de uma profícua produção acadêmica local e de significativa influência de obras

estrangeiras traduzidas para o vernáculo. (Pinto, 2004).

Dentre os autores e autoras brasileiros que destacam-se no trabalho com o gênero, sem dúvida, a de maior envergadura é Guacira Lopes Louro que, na primeira década de 1990, realizou duas traduções do famoso artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, da historiadora feminista Joan W. Scott. À essa importante tradução, a qual permitiu a ampliação do uso da obra de Scott no Brasil, devem ser também citadas as políticas internacionais de equidade de gênero no sertão pernambucano, salientadas por Thayer (2001).

O artigo de Scott discutiu criticamente relevantes pontos das formulações primeiras no que atine ao gênero, na produção em língua inglesa, além de inventariar os percursos históricos dos estudos que redundaram nesse *corpus*.

No artigo em questão, Scott define a categoria gênero em consonância com as ideias da antropóloga Gayle Rubin (1975), porém, com as devidas ressalvas que, segundo ela, deveriam ser feitas no diálogo entre Antropologia e História. (PISCITELLI, 2002). Baseada no trabalho de Lévi-Strauss sobre o parentesco, Rubin foi pioneira na distinção entre sexo e gênero, calcada em uma extensão do dualismo natureza e cultura.

Nessa senda, Scott, discrimina em seu artigo, os pontos que nortearam a partir de então, os debates em torno do gênero em solo brasileiro. São eles: a) a superação do paradigma que entendia as reflexões sobre gênero essencialmente como estudo das mulheres, da qual resultou o enfoque no caráter relacional do gênero e b) o gênero como a categoria analítica básica que estrutura as relações de poder. Ao adotar essas duas pressuposições como ponto de partida, Segundo Pinto (2004), Scott estuda as conexões entre os elementos definidores do gênero: “os símbolos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos que interpretam os significados dos símbolos, as instituições e organizações sociais que manejam as normas, [...] e os processos de subjetivação.”

Consoante a ótica de Scott, o gênero constituiria uma categoria analítica primária adequada para que possam ser pensadas as relações entre o gênero e o Estado, a Igreja, a família, a cultura, a linguagem e outras instituições e instâncias.

Outra importante nuance das reflexões de Scott é sua insistência no fato de que o gênero precisa ser articulado também às categorias de classe e raça, de modo a ampliar a visão de igualdade política e social. Esta posição da autora, situa seu enfoque em um modelo pós-estruturalista, de matizes desconstrucionistas (CARVALHO, 2011; PISCITELLI, 2002).

Enquanto categoria de análise do social, o gênero é visto como conceito capaz de elucidar as desigualdades nas diversas esferas de poder e sua utilização em estudos sobre as práticas sociais é necessário para a desestruturação de pensamentos tradicionais que sustentam relações assimétricas de poder (PISCITELLI, 2002, p.

1).

O pensamento de Guacira Louro, a cuja importância já aludimos antes, é essencial para as elaborações discursivas em torno do gênero no Brasil, uma vez que esta autora sempre propôs uma discussão que conectasse gênero e sexualidade e, fundamentada na crítica radical de Judith Butler (1999), assegurou que “nada há de puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura” (LOURO, 2008, p.18).

3 | METODOLOGIA

A pesquisa constitui uma investigação de caráter qualitativo, em virtude das especificidades do objeto analisado, e tem como base o seguinte desenho metodológico: inicialmente serão selecionados da *Bíblia da Mulher*, todos os comentários interpretativos e textos de estudo e reflexão que versem sobre a condição feminina. Tais textos serão submetidos aos procedimentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica, a fim de que se possa elucidar as marcas constitutivas e a tônica desse discurso. Em seguida, após a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, serão entrevistadas vinte mulheres de diferentes denominações pentecostais e distintas faixas-etárias da cidade de Fortaleza, Ceará. As entrevistas serão semi-estruturadas e conterão questionamentos acerca das concepções das colaboradoras sobre o papel e condição femininos na igreja e na sociedade como um todo. As colaboradoras também preencherão um formulário socioeconômico, cujo objetivo é definir melhor o perfil destas mulheres. Por fim, ainda com base na teoria da Análise de Discurso Crítica serão analisadas as falas das fiéis entrevistadas e comparados os discursos escrito da *Bíblia da Mulher* e oral, das mulheres evangélicas. Tal comparação visa a identificar os modos de recepção e assimilação do discurso escrito da Bíblia por parte das mulheres protestantes ouvidas, identificando possíveis reproduções/ continuidades, ou rupturas/alteridades entre ambos os tipos de discurso.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já nos referimos, dentre a vasta produção literária protestante, a qual constitui-se de opúsculos diversos, revistas, diferentes versões do texto bíblico, hinódia, dentre outros; uma obra, em especial, representa fonte privilegiada para o estudo em torno das elaborações discursivas sobre o feminino e a feminilidade: trata-se da famosa *Bíblia da Mulher: leitura, devocional, estudo*.

Publicada pela Sociedade Bíblica do Brasil, SBB, entidade interdenominacional evangélica, esta obra apresenta uma versão do texto bíblico integral, com os 66

livros que compõem o cânon protestante, porém, acrescido de diversos textos complementares de estudo religioso, meditação pessoal, conselhos práticos para a vida cotidiana e palavras de orientação teológica e moral, exclusivamente direcionadas ao público feminino cristão protestante.

Os textos de estudo contidos na *Bíblia da Mulher*, foram, segundo consta na apresentação da obra feita pela editora geral Dorothy Kelley Patterson, todos produzidos por mulheres, pois “mais de 80 mulheres de diferentes denominações, formações étnicas e de diversas ocupações compuseram a equipe editorial (...)” com o objetivo de “suprir as necessidades da mulher, quaisquer que sejam suas condições de vida (...)” (A BÍBLIA DA MULHER: LEITURA, DEVOCIONAL, ESTUDO, 1993, p. 2),

Trata-se, assim, de verdadeiro manual prático para a mulher evangélica, cujo objetivo principal seria proporcionar a aplicação da mensagem contida nas páginas do Antigo e Novo Testamentos, considerada atemporal e regra infalível de conduta para todas as distintas culturas e povos, à vida diária das fieis; ou seja, uma verdadeira atualização dos ensinamentos secularmente consagrados pela Igreja cristã protestante, tendo em vista os desafios interpostos pelo contexto específico da atualidade.

Desse modo, a obra sacra trata em seus textos complementares, de questões consideradas essenciais dentro do universo feminino cristão protestante, tais como: virgindade, lesbianismo, aborto, casamento, divórcio, criação dos filhos, relação com o cônjuge, menopausa, mulher na igreja, no mercado de trabalho e na política, moda e vestuário, culinária, dentre muitos outros.

Embora o discurso sobre a mulher, o feminino e a feminilidade contido na *Bíblia da Mulher* esteja em grande medida ancorado nos pressupostos teológicos do próprio cânon bíblico, os textos complementares de estudo, orientação pessoal e aconselhamento que perpassam toda a obra, escritos exclusivamente por mulheres, desenvolvem, ampliam, adaptam e ressignificam os ensinamentos doutrinários bíblicos originais. Não se trata, portanto, de mera reafirmação *ipsis litteris* daquilo que está posto sobre a “natureza” e “condição” feminina nas páginas do Antigo e do Novo Testamentos.

Esse processo de ressignificação, ou seja, de retomada por outros modos, de sentidos originais contidos em um texto, é observado como marca constitutiva da elaboração discursiva dentro da perspectiva da análise do discurso e dos atos de fala da pragmática. A esse respeito, Derrida, preconiza a “iterabilidade” do signo lingüístico que, ao ser citado, perde absolutamente toda fonte de ancoragem. (DERRIDA, 1991, p. 25-26)

Desse modo, embora o centro referencial da discursivização presente na *Bíblia da Mulher* sejam as informações contidas na narrativa bíblica e também nos

ensinamentos dos personagens dessa narrativa (profetas, Jesus Cristo, apóstolos), os significados primevos, anunciados pelos autores bíblicos por meio de um complexo e dinâmico processo de transposição e apropriação lingüística, foram posteriormente retomados pelas autoras da Bíblia de estudo, na composição de seu próprio discurso. Tal processo de apropriação é complexo, pois engloba, ao menos duas facetas: primeiro, a necessidade de manter certa fidelidade e coerência ideológica em relação aos textos originais. Em virtude do dogma cristão protestante da inerrância bíblica, as produtoras precisavam, por questões de filiação doutrinária e institucional, manter-se apegadas às perspectivas apresentadas pelos postulados bíblicos, sob pena de incorrerem naquilo que, em termos estritamente teológicos, poderia ser visto como distorções heréticas. Em segundo lugar, embora presas a essa dívida teológica antes citada, as autoras também, vêm-se, por imposições de natureza contextual, obrigadas a de certo modo contemporaneizar o discurso bíblico original. Isto ocorre porque nenhuma doutrina ou ensinamento religioso, por mais hermético e tradicional que pareça, consegue permanecer absolutamente fechado sobre si mesmo sem receber o mínimo de influência social e cultural. Ou seja, a proposta da *Bíblia da Mulher* apresenta-se como sendo transmitir o conteúdo das Sagradas Escrituras, consoante uma concepção atual e centrada nas necessidades da própria mulher, trazida agora para um lugar de realce na cena histórica da igreja e da sociedade. Esta perspectiva fica bastante patente, já nas palavras de Dorothy Patterson, editora geral, na apresentação da Bíblia, visto que para ela

A história recente mostra o despertar de uma crescente conscientização e sensibilização em relação à mulher e a suas preocupações,[...] suas necessidades pessoais interiores e desafiantes oportunidades de servir ao Senhor. A Bíblia é um dos meios mais importantes pelo qual a identidade e o lugar da mulher devem ser definidos na sociedade. (A BÍBLIA DA MULHER: LEITURA, DEVOCIONAL, ESTUDO, 1993, p. 2)

Todavia, embora essa necessidade de contemporaneização do lugar da mulher na sociedade seja reconhecida por Dorothy; no mesmo texto, a biblista enfatiza sua perspectiva de apego ortodoxo aos princípios das escrituras. Contrapondo-se à iniciativa de Elizabeth Cady Stanton, autora e feminista ianque que, em 1895, criou uma Bíblia para as mulheres, suprimindo do texto, passagens que, segundo sua ótica, foram distorcidas pelas interpretações machistas, Dorothy Patterson assevera que:

Usamos uma abordagem *objetiva*. Buscamos entender a mensagem da Bíblia, enquanto nos comprometíamos a vivenciar seus princípios de fé e prática. Curvamos-nos diante da absoluta veracidade e singularidade da palavra de Deus. Não precisamos torcer, reescrever as escrituras, redefinir suas palavras nem escolher o que iríamos aceitar como autoridade ou o que exaltaria a razão humana.” (A BÍBLIA DA MULHER: LEITURA, DEVOCIONAL, ESTUDO, 1993, p. 2, grifo nosso).

As palavras de Dorothy na apresentação dão a dimensão do quão complexa foi a missão das editoras de *Bíblia da Mulher*, uma vez que conciliar e harmonizar os pressupostos bíblicos em torno da condição feminina às atuais configurações sociais e históricas não deve ser uma tarefa fácil. Conquanto, queremos, observar a utilização do termo *objetiva*, para qualificar a abordagem da *Bíblia da Mulher*. Ao citar a proposta de Elizabeth Candy em sua Bíblia feminista, frisando a supressão que esta autora realizou dos textos considerados machistas e misóginos e, algumas linhas após, começar sua fala classificando o trabalho de elaboração da *Bíblia da Mulher* como objetivo, Dorothy, implicitamente e por oposição a Elizabeth Cady, classifica a proposta dessa última como supostamente *subjetiva*. Ou seja, a linha de discurso de Dorothy parece seguir a lógica dualista do objetivo *versus* subjetivo, sendo o primeiro, sinônimo de verdadeiro, confiável e correto e o segundo como falso e adulterado. Esse posicionamento é reforçado mais à frente no texto de apresentação, quando, ao enumerar as características textuais da *Bíblia da Mulher*, sua editora geral afirma que a Bíblia adota “uma exegese diferenciada, que extrai do texto seu significado sem uma leitura que força opiniões pessoais sobre ele” (A BÍBLIA DA MULHER: LEITURA, DEVOCIONAL, ESTUDO, 1993, p. 3).

A perspectiva da naturalização da tutela da mulher em relação ao homem ganha contornos didático-pedagógicos em diversas outras passagens da *Bíblia da Mulher*. Como já mencionamos anteriormente, essa Bíblia de estudo destinada ao público feminino, por meio do recurso da ressignificação, procura atualizar os ensinamentos bíblicos referentes à mulher. Um dos recursos discursivos mais utilizados pelas autoras é o trabalho lingüístico com os casos exemplares, ou tipos de mulheres. Por meio deste recurso, são comparadas entre si várias personagens femininas dos textos sagrados judaico-cristãos. O parâmetro para o estabelecimento das comparações é alicerçado basicamente no princípio da obediência. Assim, na escala comparativa, quanto mais obediente apresenta-se a mulher em relação a Deus, ao marido, às instâncias decisórias (masculinas) da sociedade, mais próxima de enquadrar-se no padrão ideal que teria sido divinamente planejado para ela.

Neste sentido, ao referir-se ao caso de Eva como a mãe de toda a humanidade, o texto de estudo exegético propõe que:

Eva permanece como um arquétipo do sexo feminino. Embora criada à imagem de Deus, exerceu sua vontade ao *desobedecer* ao Senhor, ousando *desafiar* sua autoridade. [...] Como descendente dela, toda mulher carrega semelhança com ela. A voz da primeira mulher proclama um aviso vindo do passado para todas as mulheres para que sigam o caminho da *obediência* (A BÍBLIA DA MULHER: LEITURA, DEVOCIONAL, ESTUDO, 1993, p. 8, grifos nossos).

É notória a ênfase discursiva dada pela autora aos termos *obediência* e

desobediência, como elementos constitutivos da semântica textual. Embora a autora procure desenvolver a ideia de que homem e mulher, ambos foram feitos à imagem e semelhança do Criador e, portanto, são iguais em dignidade, porém, diferentes em funções e atributos, mais adiante, ao discorrer sobre os propósitos divinos na criação de Eva, a tônica da anterioridade da criação do homem e a lógica de que Eva foi criada em função de Adão e para ser-lhe como auxiliar, vêm à tona. Assim:

Homem e mulher foram criados à imagem de Deus; a diferença é que o homem foi formado do pó da terra, e a mulher da costela do homem. Ela é a *cópia adaptada* perfeita do homem, a mesma carne e ossos e a imagem de Deus, exatamente como o homem, com valor igual a ele em tudo” (A BÍBLIA DA MULHER: LEITURA, DEVOCIONAL, ESTUDO, 1993, p. 9, grifo nosso).

Nesta passagem supracitada, a autora desenvolve a ideia da “criação complementar”, ou seja, Deus, desde o princípio haveria pensando na criação de Eva para ser o complemento de Adão. Como já nos reportamos anteriormente, a despeito de a autora procurar frisar textualmente que homem e mulher são iguais em tudo, a própria noção de uma complementaridade de Eva em relação a Adão milita contra essa tentativa de equiparação de ambos pela exegeta, pois se Eva foi criada para ser auxiliar de Adão e em função dele, essa anterioridade adâmica revela sua suposta superioridade na ordem cosmogônica do Gênesis. A escolha da expressão *cópia adaptada*, como recurso alegórico para a criação de Eva a partir de Adão, é particularmente reveladora. Ressurge na utilização do termo, a questão da originalidade do homem e, conseqüentemente de sua superioridade em relação à companheira de Éden, porque uma cópia, por mais fiel que seja ao original, nunca será como ele. A evocação do termo *cópia adaptada*, novamente sugere a utilização da lógica dicotômica do verdadeiro e do falso, do real e do copiado, do legítimo e do ilegítimo. Em nossa sociedade, marcada pela reprodutibilidade de obras sem a devida licença legal, comumente chamadas “cópias piratas”, a utilização alegórica do termo sugere que a mulher seja uma espécie de “quase-homem”, versão um tanto adulterada do projeto humano original.

Outro aspecto a ser mencionado é a existência de uma “tensão” entre os pressupostos bíblicos “tradicionais” por assim dizer, e a necessidade de criar uma Bíblia de estudo na linguagem da “mulher moderna” e voltada para seus interesses. Esse tom perpassa diversas passagens da *Bíblia da Mulher*. Trata-se de um tipo de discurso que tenta equilibrar-se entre o que já foi dito em termos teológicos, ou seja, entre aquilo que está posto como doutrina e, ao mesmo tempo parecer também inteligível e adequado às exigências de um mundo em transformação. Essa busca por adaptação fica bastante evidente em trechos comentados do livro do Gênesis, como por exemplo, um deles, cujo título é “culinária: o que temos para o jantar?”. Neste

texto, a autora valendo-se de uma série de informações de natureza arqueológica e histórica acerca dos hábitos alimentares no Antigo Testamento, cita, inclusive, receitas encontradas em tábuas de cerâmica, datadas de 4.000 a.C. Todavia, a despeito da tentativa de uma exegese bíblica “modernizante”, implicitamente, a presença na Bíblia de tal assunto – a culinária – afazer ligado à lide da casa e, conseqüentemente associado à uma suposta vocação e inclinação “naturas” femininas para tal trabalho, reforça a clássica concepção de que o papel feminino está naturalmente circunscrito ao âmbito do lar, das prendas domésticas e do cuidado com o marido e com os filhos. Afinal, como se comprovou por meio de investigação, não há nas Bíblias especificamente voltadas para o público masculino, textos ou sessões similares. A admissão de mulheres em posições de comando – como uma Débora enquanto juíza de Israel, cargo militar hegemonicamente associado à figura masculina, por exemplo (Jz 4:4-11) - fato excepcionalíssimo, nesse contexto.

Mais adiante, em um comentário acerca do livro do Êxodo, com o título “cosméticos: realçando a beleza física”, a comentarista bíblica enumera uma série de ervas, líquidos, incensos e perfumes que, segundo as pesquisas arqueológicas fariam parte do cotidiano das mulheres dos recuados tempos bíblicos. Elencando uma série de citações da própria bíblia, o texto parece indicar uma aceitação ou legitimidade de que as mulheres fieis a Deus façam uso de tais expedientes para embelezar-se, hidratar o corpo e ainda, realizar a “atração para o relacionamento sexual”. O exemplo da rainha Ester embelezando-se validamente para o rei Assuero é evocado - Et 2,12; Pv 7,17 - (A Bíblia da Mulher, 1993, p. 137). Deve-se observar aí um fato interessante que possivelmente assinala, em certo sentido, uma mudança discursiva do texto comentado e da concepção bíblica mais tradicional em relação à beleza física feminina. Trata-se de uma inflexão. Entre os grupos protestantes pentecostais (os chamados “pentecostais velhos”, oriundos do século XIX, os quais distinguem-se dos neopentecostais, cuja gênese remonta à segunda metade do século XX), sempre foi acentuada a ênfase dada por este grupo aos usos e costumes. Nas igrejas pentecostais, uma rígida moral costuma reger tanto o vestuário quanto as práticas de embelezamento das mulheres, com uma estrita proibição de todos os elementos que denotem “ vaidade”. Neste sentido, os pentecostais tomaram em sua teologia de usos e costumes, a ideia de vaidade como algo estritamente relacionado à aparência física e ao exterior: cabelos curtos, jóias, maquiagem, adereços e quaisquer formas estéticas que possam dar vazão aos apelos do corpo, renegado como morada do pecado.

Geralmente, trechos bíblicos são evocados pelos pentecostais para apoiar sua moral de usos e costumes. Entretanto, vê-se no comentário sobre os “protocsméticos” da *Bíblia da Mulher*, certa sinalização no sentido de que estes produtos são, desde os tempos bíblicos, legítimos recursos para realçar a beleza física feminina, o que,

em última análise, constitui uma relativização do discurso condenatório em relação a quaisquer formas de “ vaidade ” e cuidados corpóreos. Estaria a *Bíblia da Mulher* desse modo constituindo um novo *ethos* a esse respeito? Como já dissemos antes, esse suposto discurso mais emancipatório no que tange ao papel feminino tem seus limites frente à ortodoxia que a própria editora geral da *Bíblia da Mulher* prontamente anuncia em sua apresentação. Trata-se de uma posição ambígua em relação à figura feminina. Primeiro, na acepção do texto da *Bíblia da Mulher*, tais práticas de embelezamento visam a realçar a beleza da fêmea em função do homem (o quadro já descrito do embelezamento feminino enquanto mecanismo de agradar o parceiro na relação sexual). Não é sequer cogitada no texto, a perspectiva da autoestima e da beleza para si mesma. Segundo, no comentário acerca do lugar dos perfumes e unguentos no contexto bíblico, a comentarista faz toda uma introdução no sentido de justificar a necessidade (inclusive física) desses produtos para o corpo. A autora cita a falta de saneamento e os odores fortes que assinalavam a vida nos tempos bíblicos. Nota-se a busca por parte da autora-comentarista por dar ao uso dos perfumes e cosméticos no período bíblico uma espécie de função utilitária que a desvincule da simples denotação estética que possa remeter à vaidade do corpo. Uma sutil maneira de modernizar, sem contudo, fugir à ortodoxia. Busca-se, assim, por meio dessa estratégia discursiva, adaptar, ressignificar e harmonizar o ideal da mulher singela e recatada inspirada nos pressupostos da narrativa judaico-cristã ao contexto de uma sociedade que, embora pretenda continuar cristã, quer ser também associada à uma certa modernidade, atualidade e racionalidade, ou seja, nem todos os crentes desejam continuar a ser vistos como fanáticos e anacrônicos nos dias atuais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão parcial, cumpre salientar que, embora a pesquisa ainda esteja em processo de construção, restando ainda a realização das entrevistas para a captação do discurso oral das fieis e sua posterior interpretação segundo a Análise de Discurso Crítica; os exemplos analíticos citados neste artigo parecem indicar o tipo de projeto discursivo e ideológico tecido habilmente nas páginas de *A Bíblia da Mulher*. Trata-se de uma tentativa de dar uma aparência de modernidade, razoabilidade e equilíbrio à forma como a mulher, o feminino e a feminilidade são representados no texto bíblico. Um projeto que, embora revista-se com as roupagens aparentes e ilusórias de uma nova perspectiva na qual a mulher é vista como importante, valorizada e com um lugar todo especial no mundo discursivo judaico-cristão e no universo social arquitetado e ordenado por Deus, continua em sua essência, fiel à milenar separação de papéis femininos e masculinos, reprodutor

de antigas hierarquias calcadas na suposta superioridade masculina e, a despeito disso, como uma forma de legitimar um discurso que se propõe moderno e todo ele voltado para a valorização da mulher nos diversos espaços de atuação.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'**. New York, Routledge, 1993.
- CALDAS-COULTHARD, C.R. **News as social practice: a study in critical discourse analysis**. Florianópolis: ARES/PGI/UFSC, 1997.
- DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991.
- GREGOLIM, M. R.V. **A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações**. Alfa, São Paulo, 39: 13-21, 1995.
- LABOV, W. **Language in the inner city: studies in the black English vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MARCUSCHI, L. A. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática; 1986.
- MEURER, J. L. (2006). Integrando estudos de gêneros textuais ao contexto de cultura. In A. Karwoski, B. Gaydeczka & K. S. Brito (orgs.), **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006, p. 165-185.
- PECHEUX, M. **Language, semantics and ideology: stating the obvious**. London: Macmillan, 1982.
- PINTO, J. P. **Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades**. DELTA, São Paulo, v. 23, p. 1-26, 2007.
- RESENDE, V. M. & RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SACKS, H, SCHEGLOFF, E. & JEFFERSON, G. (1974). 'A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation.' *Language* 50, 696–735.
- SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v.15, n. 2, dez. 1990. P. 5-22.
- SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **A Bíblia da mulher: leitura, devocional, estudo**. Versão de João Ferreira de Almeida Revista e Atualizada, 2ª edição, São Paulo, 2014.
- VAN DICK, T. **Discourse as structure and process**. London: Sage Publications, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ariano suassuna 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164
Armando de salles oliveira 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 192
Arte sacra 246, 253, 255
Assentamento 337, 351, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362

B

Bíblia 211, 215, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297
Biografia 166, 178, 200, 219, 233, 235, 241, 243, 244, 299, 330, 331, 332

C

Consciência histórica 19, 47, 50, 51, 106, 108, 109, 110, 115, 117, 134, 135, 138, 166, 172, 173
Contestado 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140
Cotas 181, 182, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 205, 206
Cultura 7, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 26, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 55, 56, 61, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 95, 103, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 130, 143, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 181, 184, 185, 187, 190, 192, 194, 196, 202, 203, 204, 216, 220, 236, 245, 261, 270, 277, 280, 281, 289, 290, 297, 299, 306, 307, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 329, 343, 344, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 366, 368, 369, 371, 374, 375, 376
Cultura política 270, 299, 306, 307, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 376
Currículo 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 37, 43, 47, 49, 53, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 77, 79, 80, 96, 104, 107, 111, 120, 121, 122, 194

D

Diocese 102, 246, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 264, 266, 269, 270
Discurso 4, 5, 15, 24, 31, 49, 78, 102, 124, 128, 129, 153, 155, 180, 183, 186, 187, 233, 238, 239, 241, 243, 255, 256, 274, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 314, 315, 317, 375

E

Educação infantil 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 107, 206
Educação patrimonial 80, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 332
Egito 156, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319
Ensino das ciências 53, 54, 58, 62, 67
Ensino de história 1, 2, 12, 15, 19, 24, 37, 39, 44, 49, 51, 68, 91, 92, 99, 103, 106, 108, 117, 118, 119, 124, 129, 130, 153, 171, 172, 177, 179
Ensino fundamental 14, 15, 16, 21, 44, 70, 75, 93, 102, 104, 107, 118, 120, 123, 128, 129, 130, 132, 138, 139
Ensino médio 75, 123, 131, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 152
Escravidão 5, 7, 9, 31, 43, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 201, 346, 376
Etnografia 47, 216, 332

F

Folclore 14, 164, 321, 322, 328

Formação de professores 54, 55, 68, 76, 79, 106, 107, 108, 109, 178, 179

H

Hagiografia 214, 233, 236

História da educação 54, 68, 130, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 192, 194

História indígena 35, 37, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 51

I

Igreja 87, 92, 100, 148, 199, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 282, 289, 290, 291, 292, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 322, 343, 347

Interdisciplinaridade 19, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 178

Iphan 90, 105, 330, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 339

J

José de anchieta 225, 229, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 244

L

Lei federal 14, 69, 70, 72, 78

Leitura 1, 2, 3, 24, 29, 62, 113, 114, 115, 118, 119, 125, 127, 128, 156, 160, 174, 231, 268, 272, 277, 282, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 306, 340, 345, 360

Livros didáticos 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 63, 66, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 138, 140, 141, 142, 146

M

Manaus 26, 35, 36, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

Mártir 43, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219, 263

Memória 1, 2, 10, 13, 14, 24, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 52, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 112, 124, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 151, 152, 155, 167, 172, 179, 219, 228, 231, 235, 237, 276, 300, 307, 308, 310, 318, 319, 331, 362, 371, 376

Murais 18, 246, 247, 248, 253, 256, 257

N

Negritude 1

O

Ordens religiosas 236, 237, 240, 243, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283

P

Paraíba 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 156, 160, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308
Patrimônio cultural 80, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 104, 256, 330, 332, 338
Patrimônio histórico 80, 83, 87, 89, 90, 330, 335
Paulo bourroul 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Pensamento educacional 154
Pensamento social brasileiro 321, 326, 328
Pinturas históricas 118, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129
Política 14, 17, 21, 23, 36, 42, 48, 49, 56, 59, 68, 80, 105, 119, 121, 122, 129, 135, 155, 156, 160, 161, 171, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 205, 206, 207, 233, 240, 241, 242, 243, 247, 261, 270, 285, 288, 289, 291, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 312, 313, 314, 320, 325, 335, 340, 342, 343, 344, 349, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 373, 374, 376
Políticas afirmativas 21, 22, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
Porto seguro 103, 126, 128, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231
Portugal 97, 178, 208, 214, 219, 223, 227, 229, 232, 245, 269, 271, 272, 274, 281, 282, 283, 323, 324, 325, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350
Profhistória 37, 91

R

Rap 363, 364, 365, 366, 369, 370, 371, 373, 374, 375
Religião 5, 19, 73, 102, 175, 209, 210, 212, 215, 245, 264, 265, 272, 274, 282, 298, 302, 303, 313

S

Sala de aula 2, 12, 14, 20, 22, 40, 45, 49, 65, 91, 93, 95, 109, 118, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 139, 161, 163, 168, 176, 177, 339
Santo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 100, 101, 102, 118, 164, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 236, 239, 244, 248, 251, 252, 259, 276, 277, 281, 301, 343, 371

T

Teatro 19, 51, 87, 154, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 180, 183, 262, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 369

U

Universidades 39, 162, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 205, 285, 305

Z

Zumbi dos palmares 87, 351, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362

 **Atena**
Editora

2 0 2 0